

Loyola diz que ¹²¹¹Brasil esperou demais

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola diz que o governo está sofrendo por ter empurrado com a barriga as reformas constitucionais e o ajuste fiscal — necessários para o equilíbrio das contas públicas. “Se o setor público não se emenda e gera déficits, coloca dúvidas sobre a solvência de suas dívidas. Essas dúvidas é que obrigam o governo a trabalhar com juros altos”, analisa. “Agora que não há como fugir dos cortes, o governo passa a tesoura em tudo que vê pela frente, inclusive na área social e nos estímulos à produção”, diz Loyola.

Atolado em dívidas e premido pela necessidade de cortar, o governo não consegue oferecer li-

nhas de crédito mais baratas para as empresas e investir em melhorias na infra-estrutura (rodovias, portos, estradas). A maior parte da verba oficial é usada para manter a máquina pública em funcionamento e para honrar compromissos (pagamento da dívida e juros da dívida). A Previdência Social, por exemplo, é um sumidouro de dinheiro. O déficit previsto para este ano é de R\$ 44 bilhões (R\$ 10 bilhões no setor privado e R\$ 34 bilhões no setor público). O governo quer combater o déficit, mas não consegue fazer reformas (bastante impopulares) por divergências em sua própria base de apoio. Quando tenta na marra, dá tudo errado. Vide o

caso da cobrança de contribuição dos servidores públicos inativos, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal na última quinta-feira.

No momento em que há crédito escasso na economia (por medo dos bancos e por incapacidade de investimento do Estado), setores inteiros começam a parar. Se as fábricas não têm dinheiro para funcionar, fecham as portas e demitem funcionários. Se o consumidor deixa de comprar, as lojas encerram suas atividades e demitem seus empregados.

Num país em que os empréstimos são considerados investimentos de risco, os bancos adotam postura cautelosa — que já

é bastante lucrativa. Compram títulos públicos — aqueles mesmos que atraem o capital externo por causa dos juros altos. Ou seja, o dinheiro dos bancos deixa de ser usado prioritariamente para a produção. “Essa política de juros altos é prejudicial à economia. É um verdadeiro anjo exterminador”, diz Reis Velloso.

Com a economia assim, o comércio diminui. E o governo acaba sendo atingido porque deixa de arrecadar impostos. No primeiro semestre deste ano, por exemplo, o ingresso de recursos no caixa da União ficou 1,45% abaixo do registrado no ano passado. Em 1998, o déficit nominal (diferença entre arre-

cação e despesa) chegou a 8% do PIB. Este ano, pode bater nos 9%. Sem dinheiro para se manter, o governo tem que recorrer a recursos externos, captados por títulos públicos com juros atrativos. Isto é, alimenta a própria doença.

Em um país com muita gente sem emprego e renda, a recessão é inevitável. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de desemprego em agosto foi de 7,7% da população economicamente ativa (PEA). Além disso, o rendimento médio do trabalhador caiu 4% no primeiro semestre do ano, em seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. (LR)